

ambos os países, principalmente o nosso amado estado de São Paulo.

Me empenharei para que essas relações cresçam ainda mais e que São Paulo seja a locomotiva que lidere o Brasil a apoiar o ingresso de Taiwan na ONU e nos demais órgãos internacionais; neste momento, ao menos, como membro observador, de modo a viabilizar a solução de diversos problemas de ordem prática que envolvem a segurança global.

Por fim, gostaria de compartilhar uma breve reflexão: quão atrasados estamos no Brasil? Taiwan era um país muito mais pobre do que o nosso na década de 50, hoje é uma nação que pode ser considerada de primeiro mundo.

Quase toda a sua população jovem fala inglês e mais de 45% da população entre 25 e 65 anos possui ensino superior, enquanto apenas 20% dos nossos jovens de 15 a 35 anos concluíram o ensino superior.

O Brasil já está atrasado e, se não fizermos mudanças significativas, jamais estaremos aptos a competir com os asiáticos no futuro. Taiwan e outros tigres asiáticos são exemplos a serem seguidos por nosso País, pois conseguiram, com êxito, sair de uma economia pobre e sem perspectiva para se tornarem nações ricas, com alto nível de educação e uma distribuição de renda equitativa. Tudo isso sem abrir mão de um ambiente político livre e democrático.

Agradeço a todos pelo apoio nessa missão e por compartilharem dessa jornada de descoberta e amizade internacional. Viva Taiwan e seu povo, viva São Paulo, viva o Brasil, viva a América Latina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GIL DINIZ - PL - Pode usar o restante do meu tempo, deputado Suplicy, com toda certeza.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Quando eu estive, na última semana de agosto, na Coreia do Sul, participando do 22º Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, tive a notícia de que, em Taiwan, há a formação de uma organização muito forte que está defendendo a instituição da renda básica em Taiwan.

Assim como na Coreia do Sul, onde o candidato à presidência da República que perdeu a eleição por 0.8%, menos de 1%, tinha como uma das suas principais metas instituir a renda básica até que um dia chegue a ser universal e incondicional.

Então, primeiro quero cumprimentá-lo pelo relato tão bem feito da sua viagem, que nos traz informações muito relevantes. Dentre as sugestões que eu deixei para a Coreia do Sul, especialmente ao visitar a chamada zona desmilitarizada entre a Coreia do Sul e do Norte, tem um lugar onde se pode deixar mensagens, e eu escrevi em uma fita e deixei lá pendurada a mensagem para que logo possa haver a renda básica de cidadania na Coreia do Sul e na do Norte, para que então possa haver a união e a paz entre as duas Coreias.

E faço o mesmo apelo com respeito à República Popular da China e à República da China em Taiwan. Quem sabe eles possam unificar e promover a paz através de instrumentos tais como a renda básica universal.

Meus cumprimentos.

O SR. GIL DINIZ - PL - Agradeço, deputado Suplicy.

Presidente, uma breve comunicação antes de levantar a sessão, só para dialogar com o deputado Suplicy?

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Vossa Excelência tem o prazo regimental.

O SR. GIL DINIZ - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Deputado Suplicy, muito me honra aqui esse aparte no final da minha fala. Taiwan, como eu disse aqui nesse relato, era um país extremamente pobre na década de 50 e se transformou em uma economia pujante.

Pelos dados que nós obtivemos lá, a renda per capita em Taiwan é superior a 90 mil dólares americanos. É uma economia muito forte. Eles são especialistas em chips, em semicondutores. A indústria de Taiwan é muito forte.

Andei muito pelo país, visitei várias regiões, não só a Capital e sua região metropolitana, como visitei as montanhas do Taroko, tentei visitar Kaohsiung, mas não consegui, é um grande complexo industrial também. E digo para o senhor o que vi, ou o que não vi nas ruas, uma população vulnerável, tão pobre nas ruas, como nós vemos aqui na nossa cidade de São Paulo.

É óbvio que lá deve ter a extrema pobreza também, mas é algo que está sendo trabalhado, algo que está sendo combatido. E obviamente nós queremos unir forças, entender o que o governo de Taiwan faz, o que os organismos públicos, privados também fizeram para que um país extremamente pobre, um país que viveu ali uma guerra civil, uma guerra civil brutal, um país que está, e eu disse isso para o vice-ministro, disse isso para o Sr. Lino, embaixador, que Taiwan sofre com todo o autoritarismo de Pequim, que reivindicia o território.

Só que é uma nação, deputado Suplicy, um país que quer a sua liberdade, quer o seu direito de existir, eles têm trabalhado fortemente. Eles não querem retornar à China continental; eles querem o direito de existir, de participar de organismos internacionais, como a ONU, como a Interpol. Eles não participam. A China assedia diuturnamente os parceiros para que não tenham sequer contato com as autoridades de Taiwan.

Eu dou meu relato pessoal aqui, deputado Suplicy, porque a cónsul chinesa em São Paulo veio à Comissão de Relações Internacionais solicitar que os deputados não tivessem nenhuma relação com as autoridades de Taiwan. Ela veio à nossa Casa, e eu respeito muito o povo chinês do continente ou da Ilha de Formosa, de Taiwan, mas não podemos aceitar que nos digam o que fazer.

Então, eu dou vivas aqui ao povo de Taiwan, que é a primeira trincheira na defesa da liberdade. Deputado Suplicy, mais de 40% do parlamento de Taiwan são formados por mulheres.

Há uma presidente mulher, hoje, em Taiwan, a presidente Tsai. É um povo vibrante, eu posso dar aqui vários exemplos, o diplomata Jason Liu, a maneira que ele nos recebeu. Fala Português, inclusive.

Talvez um dia, quando o Brasil reconheça Taiwan como um país independente, ele possa ser o nosso cónsul aqui em São Paulo ou nosso embaixador em Brasília. É um povo que tem muito a ensinar para o Brasil, é um povo que tem muito a aprender com os brasileiros também.

Então, agradeço muito aqui o convite, a oportunidade, e vamos estreitar essas relações porque, quem sabe, essa Renda Básica de Cidadania que V.Exa. tanto defende, é um projeto de sua vida e nós aqui fazemos coro com V.Exa., esteja lá também e esteja aqui no Brasil.

Então, agradeço aqui o seu aparte e dou esse relato porque fui e vi pessoalmente o que eles não têm e são, e vejo aqui todos os dias no Brasil o que nós temos e não somos, mas buscamos diuturnamente esse progresso para o nosso povo.

Obrigado, deputado Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Muito obrigado. Meus cumprimentos.

O SR. GIL DINIZ - PL - Obrigado.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, se houver acordo aqui entre os líderes, levantar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - É regimental.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V.Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 33 minutos.

15 DE SETEMBRO DE 2023 102ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: REIS e CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - REIS

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

4 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - REIS

Assume a Presidência.

6 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 18/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Reis.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Vamos chamar para fazer uso da fala o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. O deputado Carlos Giannazi tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, eu queria iniciar a minha intervenção de hoje citando um importante editorial da Repu, Rede de Escolas e Universidades Públicas do Estado de São Paulo, que é constituída por pesquisadores, professores universitários das nossas universidades públicas, professores da rede estadual. O título é: Políticas educacionais na rede estadual paulista, quais são as intenções implícitas nas medidas recentes”.

Aqui, o editorial fala de todos esses ataques que a rede estadual vem sofrendo: tentativa de retirar o livro didático, a portaria ”vigiar e punir”, que obriga diretores a vigiarem professores em sala de aula, a ditadura e a máfia das plataformas digitais, que estão aterrorizando a rede e prejudicando ainda mais a saúde mental dos nossos professores.

São tantos os ataques, Sr. Presidente, mas o que me chama muita a atenção aqui no final desse artigo, até para iniciar a minha intervenção de hoje, para fazer mais uma cobrança à Secretaria Estadual da Educação, é aqui no último parágrafo, que diz o seguinte: “A rede estadual de ensino é um patrimônio da população paulista, e nela estuda a maior parte dos jovens que estão sendo, neste claro desmonte, cobaias de experimentos educacionais sem nenhuma fundamentação científica ou pedagógica.”

Olhe só, é perfeito esse editorial, Sr. Presidente, dizendo que os nossos alunos, os nossos jovens, estão sendo ”cobaias de experimentos educacionais sem nenhuma fundamentação científica ou pedagógica.

A incompetência de Renato Feder”, que é o secretário da Educação, dono da Multilaser e o responsável por todos esses ataques, ”e a suspensão a respeito de suas medidas atabalhadas, tornou sua situação insustentável. Ele não tem mais o respeito necessário para comandar a maior e mais complexa rede de ensino do país.”

Talvez, Sr. Presidente, da América Latina e do mundo. É uma das maiores e mais complexas. No entanto, me parece que a única pessoa que acredita no dono da Multilaser é o governador Tarcísio de Freitas, porque ninguém mais acredita.

Vejo aqui deputados reclamando, inclusive da base do governo, a opinião pública, a imprensa, os alunos, os professores, os pais de alunos, a opinião pública toda. Ele só está no cargo porque não sei qual é a relação dele com o governador Tarcísio de Freitas, por isso que ele se sustenta no cargo.

Mas fiz essa introdução, esse preâmbulo, Sr. Presidente, para continuar cobrando que o dono da Multilaser, que o secretário da Educação, Renato Feder, faça o encaminhamento que ele prometeu do projeto de lei complementar aqui para a Assembleia Legislativa, para resolver definitivamente a questão das APDs e da falta-aula. Isso não foi resolvido ainda.

Em várias ocasiões, o secretário assumiu o compromisso de fazer o encaminhamento desse projeto, de um PLC, um projeto de lei complementar, para alterar a famigerada Lei nº 1.374, de 2022, que impôs essa tortura na rede para os professores, que é a APD, que é feita obrigatoriamente, compulsoriamente, na escola. Quando nós reivindicamos - quando eu digo nós, os professores, o Magistério Estadual - que elas sejam feitas em local de livre escolha, essa é a nossa luta.

O secretário já, em pelo menos três momentos, se comprometeu publicamente na Comissão de Educação, no final do semestre passado, aqui na Alesp, em uma audiência que eu tive com ele no dia 13 de julho.

No meio do recesso, eu tive uma audiência no gabinete dele com a sua equipe. Ele também se comprometeu a enviar o projeto, depois ele fez uma live agora, recentemente, também se comprometendo.

Mas, até agora, o projeto não chegou, deputado Reis. Até hoje, até o exato momento em que eu estou aqui na tribuna, às 14 horas, não apareceu, 14 horas e quase 10 minutos, não apareceu. Não foi protocolado nenhum projeto, e os professores continuam sofrendo, tendo a sua saúde mental abalada por todas essas questões, mais a violência contra as escolas, a superlotação de salas.

Então, finalizo, Sr. Presidente, a minha intervenção, exigindo que o governador Tarcísio de Freitas tome as medidas necessárias para que haja alteração dessa medida compulsória da Lei nº 1.374. É simples, é só ele encaminhar o projeto para a Assembleia Legislativa e nós vamos aprovar o projeto em caráter de extrema urgência. Se ele não mandar com urgência.

Nós vamos aprovar o Requerimento de Urgência e aprovar, a toque de caixa, esse projeto, de tal forma que os professores possam realizar a APD no local de livre escolha, sem ficar dentro da escola o tempo todo.

A volta, também, Sr. Presidente, para finalizar, da falta-aula, que foi extinta pela Lei nº 1.374, que é uma aberração jurídica e trabalhista, contra o direito trabalhista. Os professores querem a volta da falta-aula, não da falta-dia.

Era isso, Sr. Presidente. Espero que essa situação seja resolvida, imediatamente, porque não dá mais, o Magistério estadual está sendo duramente penalizado com essas medidas do secretário estadual da Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputado Carlos Giannazi. Seguindo a lista de oradores, a próxima oradora é a deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Vou passar a Presidência para V. Exa., para que eu possa falar.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, agora, com a palavra, o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna. O deputado Reis que hoje veio com uma vestimenta, me parece, que da Guarda Civil Metropolitana. É um presente que V. Exa. recebeu da GCM ambiental.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Quero saudar o deputado Carlos Giannazi. Parabenzá-lo pela sua luta incansável por uma educação de qualidade e pela valorização dos servidores públicos.

Dizer para o deputado Carlos Giannazi que esta vestimenta se chama gandola. Essa gandola eu ganhei quando estava na condição de vereador da cidade de São Paulo. Eu ganhei da Guarda Civil Metropolitana esta gandola.

Ela é usada pela Guarda Ambiental lá na região de Parelheiros. Nós temos ali a Guarda Ambiental que faz a preservação ali das APAs, daquela Área de Proteção Ambiental.

Hoje, eu fiz questão de vir aqui, de participar desta sessão, deputado Carlos Giannazi, com esta gandola, porque hoje é o aniversário da Guarda Civil Metropolitana. Hoje, exatamente, dia 15 de setembro, faz-se 37 anos que o prefeito Jânio Quadros sancionou a Lei nº 10.115, que criou a Guarda Civil Metropolitana.

Com esse gesto do prefeito de São Paulo, radiou-se para todo o Estado brasileiro a constituição de novas guardas. A maioria das prefeituras no Brasil têm suas guardas municipais, que têm contribuído muito, têm contribuído em muito para a melhoria da segurança pública.

Em várias cidades do estado de São Paulo é a Guarda Civil Municipal que está dando conta, ajudando a Polícia Judiciária, ajudando a Polícia Militar, na segurança pública.

A Guarda Civil de São Paulo faz um trabalho extraordinário, um trabalho importantíssimo. Por conta disso, eu fiz uma indicação ao Sr. Presidente da República. Eu quero dar os parabéns à Guarda Civil Metropolitana da cidade de São Paulo na data de hoje, pelo seu aniversário, pelos 37 anos.

Dizer, também, que eu encaminhei ofício ao Sr. Presidente da República indicando tomada de medidas com vista à transformação das guardas civis municipais em polícias municipais, com a consequente inclusão de tal categoria no Art. 144 da Constituição Federal, da República Federativa, a fim de permitir o deslocamento da Polícia Militar para os grandes centros urbanos.

Então, eu acredito que em cidades com 60, até 100 mil habitantes, a própria Guarda Municipal possa dar conta da segurança preventiva.

A polícia repressiva, a polícia judiciária continua estadualizada, mas você pode fazer com que, nessas cidades, a Guarda Civil dê conta e você desloque os policiais militares para os grandes centros urbanos, onde tem hoje a maior demanda por maior segurança pública, como a cidade de São Paulo, a região metropolitana.

Então, eu acredito que o próprio Supremo Tribunal reconheceu que a Guarda Civil faz parte, as guardas municipais, elas fazem parte do sistema de Segurança Pública.

Então, o texto que eu vou passar a ler aqui, ele trata disso: “Excelentíssimo Sr. Presidente da República, cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me da presente carta a fim de trazer à baila um importante tema, que favorecerá a população e garantirá maior segurança pública para os estados e municípios.

Trata-se, pois, da possibilidade de transformação das guardas civis municipais em polícias municipais, desonerando principalmente as polícias militares que hoje são responsáveis pelo patrulhamento ostensivo e preventivo de prática de infrações penais.

Em razão da grande falta de efetivo nas polícias, principalmente na Polícia Civil e na Polícia Militar, a população brasileira está acometida com alta sensação de falta de segurança pública. A presente sugestão visa, exatamente, proporcionar uma solução, ainda que parcial, para esse problema.

Alinhado com a presente proposta, em recente julgamento proferido nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 995, o Supremo Tribunal Federal sedimentou o entendimento, inclusive com fulcros nas Leis nº 13.022, de oito de agosto de 2014 e Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, estabelecendo como inconstitucionais todas as interpretações judiciais no sentido de que as guardas municipais não são órgãos do sistema de Segurança Pública, pois efetivamente o são”.

Então, tem aqui a ementa do julgamento, que eu não vou ler porque é enorme, e é aonde o Supremo decidiu.

“Extrai-se, portanto, que se pacífico o ponto controvertido, acerca da integração das guardas civis municipais como órgãos da Segurança Pública.

Sob esse viés, surge a possibilidade de uma alteração constitucional e legal para a criação da Polícia Municipal, a fim de que se possa desonerar um pouco as polícias militares e civis.

Sugere-se, assim, que nos municípios com até 50 mil habitantes em que a nova polícia já esteja estruturada, seja a ela atribuída a responsabilidade pelo policiamento ostensivo e preventivo da prática de infrações penais, deslocando-se a Polícia Militar desses pequenos municípios para os grandes centros urbanos.

Com isso, a população local será beneficiada, visto que a falta de efetivo nas polícias hoje prejudica a segurança pública local.

À vista disso, indico a V. Exa. para, em primeiro lugar, determinar a realização de estudo acerca da viabilidade. Sendo possível, promova a transformação das guardas civis municipais em polícias municipais, com a consequente inclusão de tal categoria no rol do Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, como forma de aumentar a segurança pública dos estados e municípios.

Por fim, aproveito o ensejo para renovar meus votos de estima e consideração.

Paulo Batista dos Reis, deputado estadual, PT, São Paulo”.

Então, Sr. Presidente, eu entendo que a guarda, ela está lá no Art. 144, mas ela está em uma condição de guarda para promover segurança dos próprios municípios, dos serviços municipais.

Então, precisa-se fazer uma alteração, até para adequar essas decisões que o Supremo tomou, colocando a guarda no sistema único, no sistema de Segurança Pública, reconhecendo o papel das guardas municipais.

E faz-se necessária essa alteração no Art. 144, mudando de guarda, que “os municípios poderão constituir suas guardas”, para que “os municípios poderão constituir as suas polícias municipais”.

Então, é essa a minha fala na data de hoje, reconhecendo o trabalho das guardas municipais, o trabalho delas para a segurança da nossa população, reconhecendo todo esse trabalho que foi feito durante esse período e dando os parabéns para a Guarda Civil Metropolitana da Cidade de São Paulo pelos seus 37 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputado Reis. Com a palavra, o deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Donato. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Conte Lopes. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Major Mecca. (Pausa.)

Agora eu vou passar à Lista Suplementar, entregando a Presidência para o deputado Reis.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Reassumindo a Presidência, e seguindo a lista de oradores, chamo o próximo orador, deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputado Delegado Olim.

(Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, daqui a 15 dias, praticamente, no dia 30 de setembro, a Assembleia Legislativa vai receber a Lei Orçamentária, a famosa LO, que será aprovada, será debatida e posteriormente votada aqui no plenário, que trata da lei mais importante votada pela Assembleia Legislativa. É a lei que financia todas as políticas públicas, financia o estado de São Paulo, em todas as suas áreas.

Sr. Presidente, por que estou dizendo isso? Porque nós temos uma oportunidade impar de fazer justiça com os aposentados e pensionistas, que foram assaltados, roubados, confiscados pelo ex-governador Doria, através da reforma previdenciária e através da publicação de um decreto confiscando, inclusive, quem ganhava abaixo do teto do INSS. Foi um dos maiores ataques aos aposentados e pensionistas de toda a história do estado de São Paulo.

Mas, depois de muita luta, muita resistência, muita união, nós conseguimos derrubar esse confisco. Porém, nós vencemos a primeira parte, a primeira fase dessa luta, derrotando, colocando fim ao confisco dos aposentados e pensionistas, que durou quase dois anos aqui no estado de São Paulo. A segunda fase dessa luta, Sr. Presidente, é a devolução do que foi confiscado, roubado e assaltado dos nossos aposentados e pensionistas.

O estado de São Paulo nunca teve um Orçamento tão volumoso e grande como o de agora, de 2023. E terá, com certeza, em 2024. Então, as condições orçamentárias objetivas para a devolução do que foi retirado indevidamente pelo estado de São Paulo, pelos governos tucanos - na época, o governador Doria, governador Rodrigo Garcia - isso a gente tem que fazer justiça e devolver.

E eu digo que o confisco foi ilegal porque a própria PGR, Procuradoria Geral da República, inclusive o próprio procurador atual, o Aras, que foi ligado, foi nomeado pelo Bolsonaro - e foi o Bolsonaro que fez a reforma da Previdência em 2019, autorizando o confisco dos aposentados e pensionistas, autorizando que prefeitos e governadores confiscassem - ele mesmo soltou parecer, assinou um parecer dizendo que é inconstitucional.

Até o Aras, aliado de Bolsonaro, nisso, ele discordou do Bolsonaro, dizendo que confiscar quem ganha abaixo do teto do INSS é ilegal, é inconstitucional. Está lá no parecer dele, que foi enviado ao Supremo Tribunal Federal. O Supremo pediu o parecer, e esse foi o parecer da PGR, Sr. Presidente. Então, tem que devolver.

E nós estamos num momento importante. É o momento adequado, porque nós podemos fazer essa previsão já agora, no Orçamento, para devolver o que foi confiscado. E devolver, logicamente, com juros e correção, porque os nossos aposentados continuam com as suas aposentadorias e com os seus proventos extremamente arrojados, defasados com a inflação, com a falta de reajuste. Eles continuam em uma situação difícil, então tem que devolver, Sr. Presidente.

Eu tenho um projeto de lei tramitando aqui. Mas nós temos essa grande possibilidade, agora, na discussão orçamentária de fazer a previsão através da nossa participação da Assembleia, porque a Assembleia Legislativa foi cúmplice desse assalto, desse roubo, porque ela aprovou o confisco, aprovou a reforma da Previdência, Sr. Presidente, que abriu o caminho para a publicação do decreto.

Então, a Alesp cumpriu um papel importante na primeira fase, votando o fim do confisco. Agora, a segunda fase, é devolver o que foi confiscado. Por isso que eu apelo a todos os deputados e a todas as deputadas para que sejam feitas todas as gestões nesse sentido. Devolução já do confisco das aposentadorias e pensões.

Sr. Presidente, quero ainda registrar - eu tenho ainda um tempo, Sr. Presidente, posso continuar? Eu estou inscrito novamente - que nós estamos acompanhando desde o ano passado e cobrando do governo, tanto do governo anterior como deste governo, a regulamentação da Polícia Penal. Nós aprovamos aqui a PEC da Polícia Penal no ano passado, fizemos uma grande mobilização com servidores do sistema penal e aprovamos a PEC.

Inclusive, eu tinha apresentado a PEC nº 1, que foi construída coletivamente junto com as entidades representativas dos servidores do sistema penal aqui do estado de São Paulo. Foi aprovada uma PEC que regulamentou...

Na verdade, regulamentou a lei federal, porque já houve aprovação antes de uma lei federal, de uma PEC federal regulamentando a Polícia. Afinal, nós aprovamos a PEC no plenário. No entanto, a regulamentação não aconteceu até agora, os governos estão enrolando, estão dando um passa-moleque nos servidores do sistema penal, Sr. Presidente.

Já deram um passa-moleque no reajuste, agora, dos seis por cento. Porque quando teve o reajuste da Polícia Civil e da Polícia Militar, deveria ter sido o mesmo reajuste, o mesmo percentual, ou um percentual próximo ao que foi dado às duas polícias - que merecem esse reajuste, logicamente, merecem até mais do que isso - mas a Polícia Penal, que já é Polícia Penal, ficou de fora.

O governo alegou que não tinha regulamentado ainda, mas a PEC foi aprovada. Nós já alteramos Constituição Estadual, já houve alteração na Constituição Federal. Então o governo, na verdade, usou de má fé para enganar os servidores do sistema prisional, dizendo que não havia regulamentação, por isso não poderia dar o mesmo aumento para a Polícia Penal - o mesmo aumento da Polícia Civil e da Polícia Militar para a Polícia Penal. No entanto, só deu 6% para esses servidores, foi ali um passa-moleque, um golpe na Polícia Penal.

Agora nós já estamos no dia 15 de setembro e nada, o governo não apresentou ainda o projeto regulamentando a Polícia Penal para que haja valorização, de fato, salarial, funcional, da jornada de trabalho, da carreira dos servidores do sistema prisional, inclusive incorporando na Polícia Penal, Sr. Presidente.

Sei que V. Exa. está nessa luta, montou uma frente parlamentar importante e está também pressionando o governo a incorporar os motoristas da SAP e todos os outros cargos que estão lá na estrutura.

As pessoas estão lá trabalhando dentro do sistema penitenciário, no sistema prisional também, arriscando as suas vidas, todos os servidores cumprindo um papel importante nesse processo. No entanto, o governo não sinaliza que vai incorporá-los, que vai integrá-los, que vai enquadrá-los na carreira na Polícia Penal, Sr. Presidente.

Além de não apresentar o projeto de lei, o governo também não sinaliza que vai incorporar essas categorias importantes que estão dentro dessas funções importantes, que estão dentro do sistema penitenciário na regulamentação do sistema penal, da Polícia Penal, na verdade, Sr. Presidente.

Então, nós queremos a apresentação do projeto. Logicamente, quando o projeto chegar aqui, nós vamos apresentar emendas, propostas, nós vamos melhorar esse projeto.

Mas o governo nem isso fez ainda. Nós poderíamos apresentar, mas aí seria um vício de iniciativa. Nós não vamos arriscar, nós não seremos inconseqüentes com os servidores do sistema prisional.

Então, por isso que nós estamos exigindo que o governo apresente imediatamente o projeto de lei, para que nós possamos aprová-lo em caráter de extrema urgência. Para que haja, de fato, a valorização de todas e todos os servidores do sistema prisional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, e não havendo mais nenhum orador aqui no plenário, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o requerimento de Vossa Excelência. Havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Está levantada a sessão. Tenham todos uma boa tarde.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 31 minutos.
